

A TERRITORIALIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NA METRÓPOLE PAULISTANA¹

Daniel de Souza Medeiros*
Eliseu Savério Sposito**

RESUMO:

O atual debate acerca da economia mundial apresenta-se, desde há algumas décadas, em torno do controverso processo vigente denominado globalização. Para aqueles que defendem a política neoliberal, esse conceito/processo seria a expressão materializada da atual fase do modo capitalista de produção. Diante desse quadro, a esfera financeira seria o circuito avançado do movimento de mundialização do capital sendo representada, por sua vez, tanto pelos bancos como pelos grandes fundos de pensão e de investimentos, principalmente. Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou delinear como a expansão do setor financeiro nacional e mundial, através dos bancos, manifesta-se, territorialmente, na metrópole paulistana a partir dos anos de 1990 (início da abertura econômica brasileira). Mais especificamente, nosso objeto de estudo baseou-se no levantamento do número de sedes administrativas das instituições bancárias nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, que a cidade de São Paulo concentra em seu território. Portanto, um estudo que privilegiou todo esse processo de territorialização das sedes bancárias na metrópole. Associado a essa meta principal, também verificamos como é que estão se dando as constantes operações de fusão/aquisição no setor bancário, mostrando-se as instituições envolvidas, mês/ano da conclusão destas negociações, capital majoritário (nacional e/ou estrangeiro) e suas implicações na capacidade de gestão financeira de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE:

São Paulo, cidade global, bancos, globalização, neoliberalismo, concentração bancária e centralidades.

ABSTRACT:

The current debate concerning the worldwide economy is presented, since some decades, around the controversial and effective process called globalization. For that who defends neoliberal politics, this concept/process would be the materialized expression of current phase of capitalist way of production. In this situation, the financial sphere would be the advanced circuit of capital movement of globalization being represented, in turn, as much for the banks as for great funds of pension and investments, mainly. In this context, the present research objectified to delineate how the expansion of national and worldwide financial sector, through the banks, manifest, territorially, in São Paulo metropolis from 1990 (the of beginning of Brazilian economic opening). More specifically, our object of study was based on the survey of the number of administrative headquarters of bank institutions, national and foreign, public and private that the city of São Paulo concentrates in its territory. Therefore, a study that all privileged all this process of territorialization of banking headquarters in the metropolis. Associated to this main goal, we also verified how constant operations of fusion/acquisition are happening in banking sector, revealing the involved institutions, month/year of the conclusion of these negotiations, majority capital (national and/or foreign) and its implications in the capacity of financial management of São Paulo.

KEY WORDS:

São Paulo, global city, banks, globalization, neoliberalism, banking concentration and centralities.

*Licenciado no curso de Graduação em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Presidente Prudente/SP. Membro do GAsPERR (Grupo Acadêmico 'Produção do Espaço e Redefinições Regionais'). E-mail: daniel_unesp@ig.com.br

**Professor Livre Docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Presidente Prudente/SP. Coordenador do GAsPERR (Grupo Acadêmico 'Produção do Espaço e Redefinições Regionais'). E-mail:

essposito@prudenet.com.br

A esfera financeira no contexto da atual globalização

Primeiramente, cabe voltar-se para a análise de como a esfera financeira se insere no atual movimento de mundialização do capital (fenômeno também conhecido, comparativamente, como globalização). É extremamente difundida, hoje, a aceção de que a expressão máxima da atual mundialização do capital refere-se ao desenvolvimento do sistema financeiro em nível global - sistema este que, entre seus agentes principais, aglutina tanto as instituições financeiras bancárias (bancos comerciais, bancos estatais e bancos de desenvolvimento) como as não-bancárias (fundos de pensão, de investimento e mútuos).

Conforme CHESNAIS (1996) elucida, a esfera financeira através, por exemplo, das operações diárias do mercado de câmbio é tão dinâmica que, quando comparada às taxas de crescimento do intercâmbio comercial mundial apresenta-se notavelmente superior.

O capital financeiro liberalizado nos anos de 1970 emerge como resposta à incapacidade do capital disponível naquele período valorizar-se na esfera produtiva no contexto da chamada *crise fordista*, de acordo com ARRIGHI (1996) e CHESNAIS (1998). Juntamente com isso, o fim do *Sistema de Bretton Woods* (que estabelecia a correspondência entre o valor monetário do dólar junto ao ouro) ao permitir, portanto, que as taxas de câmbio flutuassem no mercado de capitais, deu início aos tão famosos movimentos especulativos referentes ao mercado financeiro global de hoje. Sabe-se, perfeitamente, que as medidas decididas em conjunto pelos governos americano e britânico representados, respectivamente, por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, instauraram o sistema contemporâneo de finanças - liberalizadas e mundializadas. As medidas tomadas a partir de 1979 (que chamamos, comumente, de política neoliberal) acabaram com o controle dos movimentos de capitais em relação ao exterior (entradas e saídas) transformando, completamente, o papel dos sistemas financeiros nacionais. Nesse contexto, o capital financeiro exigiu,

repetidamente, políticas de cunho liberalizante para valorizar-se da melhor forma possível.

Os bancos e o capital financeiro

Uma vez que nosso objeto de pesquisa envolve, de forma ampla, a discussão de temas como a globalização, capital financeiro e bancos, algumas outras colocações também devem ser abordadas para uma melhor compreensão teórica acerca do mesmo.

De acordo com CHESNAIS (1996), podemos interpretar o conceito de capital financeiro sob dois pontos de vista. Um deles refere-se aos estudos de Karl Marx, como podemos ver a seguir:

Quando Marx fala em "capitalista financeiro", está se referindo aos banqueiros de negócios e outros "senhores das finanças", que vivem de operações feitas no cenário da esfera financeira, definida como aquela em que temos D-D', dinheiro que gera dinheiro, um valor que valoriza a si mesmo, sem nenhum processo de produção servindo de mediação entre os dois extremos. As operações próprias à esfera financeira dão origem a camadas da burguesia de caráter essencialmente rentista, no preciso sentido econômico de que os rendimentos de que usufruem provêm de transferências a partir da esfera de produção e circulação. (CHESNAIS, 1996, p. 290)

O segundo pôde ser observado na própria leitura da principal obra de HILFERDING (1985): *O Capital Financeiro* (01ª edição publicada em 1910). Segundo seu pensamento, em primeiro lugar, os bancos possuem papel fundamental na sociedade capitalista, uma vez que são estas instituições as que exercem a função de aglutinar o capital ocioso disponível na economia e colocá-lo à disposição, mediante o empréstimo com cobrança de juros, da classe capitalista de produtores (principalmente os ligados à indústria). Com isso, a definição que ele confere ao capital financeiro assume uma linha diferente da proposta por Marx. Para Rudolf Hilferding, o capital financeiro seria aquele que surge, principalmente no século XIX, associado aos grandes bancos e à

grande indústria.

Em todo este processo, o capital financeiro emergente mostraria ao conjunto da economia o quanto as instituições bancárias são essenciais na sua tarefa de fornecer crédito à produção tendo, além de tudo, poder hegemônico frente à indústria, posição esta também compartilhada por MANDEL (1982) e HUBERMAN (1986).

A tomada de posse de seis grandes bancos berlineses já significaria hoje a tomada de posse dos setores mais importantes das grandes indústrias...(HILFERDING, 1985, p. 344)

O processo de emergência e consolidação da cidade de São Paulo como centro financeiro nacional

Em um primeiro momento, a era do governo ditatorial de Getúlio Vargas foi o marco inicial do crescimento do sistema bancário nacional. Mas foi a partir do segundo pós-guerra, período de aceleração do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que se deu tal crescimento de forma mais consolidada.

Antes de mencionar as reformas de 1964/67 é importante lembrar que o sistema bancário expandiu consideravelmente suas atividades no pós-guerra, principalmente devido ao crescimento da renda urbana do país, que era consequência da própria expansão industrial, ou seja, devido ao deslocamento do pólo agrário-exportador para o urbano-industrial. (TAVARES apud CARVALHEIRO, 1985, p. 30)

É importante destacar que nesse movimento inaugurado nos anos de 1940, inicia-se um processo de concentração no setor bancário brasileiro pelo qual, progressivamente, vai ocorrendo uma diminuição do número de bancos associada a um aumento exponencial da quantidade de agências bancárias pelo país. Salvas as características peculiares de cada momento histórico, esse processo manteve-se até os dias de hoje, conforme será abordado mais adiante.

Iniciada essa concentração irreversível no setor bancário nacional, um fato importante

que deu o impulso definitivo para isso foi a aprovação da lei da *Reforma do Sistema Financeiro Nacional* (RSFN) em fins de 1964 (complementada por algumas resoluções de 1967, principalmente), portanto já sob o regime político da ditadura militar. A principal medida dessa reforma, que favoreceu a concentração no sistema financeiro nacional como um todo, pode ser explicada por BAER (1986).

Com a especialização e os requisitos que ela impôs, promoveu-se a formação de um número reduzido de grandes conglomerados financeiros que controlam praticamente todo o sistema financeiro privado. (BAER, 1986, p. 16)

Conforme a autora em foco destacou, a reforma, ao exigir a especialização das diversas instituições financeiras em determinado tipo de operação levou à concentração bancária no Brasil. Assim:

Na essência, os bancos comerciais deveriam restringir sua atuação ao âmbito das transações de curto prazo; e os bancos de investimento deveriam dedicar-se ao financiamento de médio e longo prazo para capital fixo e de trabalho, principalmente de empresas industriais. Os recursos de maior prazo para o setor privado também deveriam ser fornecidos pelos bancos de desenvolvimento, nacionais e regionais. Posteriormente, já na década de 70, também se regularizaram as operações de arrendamento (leasing) como mecanismo de financiamento a longo prazo. As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (denominadas financeiras) deveriam especializar-se no crédito ao consumo. No âmbito específico da habitação, os recursos captados pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, pelas Cadernetas de Poupança e pelas Caixas Econômicas deveriam ser canalizados, através do Banco Nacional de Habitação (BNH) ao setor da construção civil. (BAER, 1986, p. 14)

Nesse processo concentrador, a cidade de São Paulo consolida-se como grande centro de gestão da atividade financeira nacional. Sua importância aparece quando se constata que nessa metrópole está o maior número de **sedes administrativas** de bancos comerciais, múltiplos,

sejam públicos ou privados, nacionais e/ou estrangeiros, assim como de "sedes regionais" de bancos oficialmente considerados como estrangeiros e também de representantes de tais bancos.

Apesar disso, a centralização da gestão bancária em São Paulo foi obtida gradualmente, pois

Em 1961 havia 77 centros controlando 333 bancos. A metrópole carioca controlava 101 bancos, enquanto São Paulo 74, Belo Horizonte 14 bancos, Porto Alegre 10, Recife, Salvador e Fortaleza 09 cada uma, e Santos 07 bancos. Havia 52 cidades que controlavam, cada uma delas, apenas um único banco. (CORRÊA, 1997, p. 165)

Em 1985 havia apenas 28 centros controlando 90 bancos. Em primeiro lugar, aparece São Paulo com 29 bancos e o Rio de Janeiro em segundo com oito. Diferentemente do que ocorria em 1961, havia, em 1985, apenas 16 centros que controlavam, cada um, apenas um único banco. Assim, cidades como Porto Alegre e Rio de Janeiro têm diminuído a importância que desfrutavam no passado; o mesmo ocorre com Belo Horizonte. Cidades como Santos, Campinas, Londrina, Ribeirão Preto, Ponta Grossa, Blumenau, Itajaí, Campos, Uberlândia, Itabuna, Sobral, Crato e Parnaíba, foram eliminadas do conjunto de centros de gestão da atividade bancária.

São Paulo: A importância do lugar

Conforme SANTOS (1997) elucida, a ideologia neoliberal vigente prega que todo o planeta, hoje, estaria inserido no processo de globalização. No entanto, destaca, não podemos falar de um "espaço global", mas sim de "espaços da globalização". Sob este ponto de vista, apenas algumas poucas localidades do mundo estariam de fato participando do referido processo econômico atual. Assim, mais do que nunca, o papel seletivo de atuação do capital (financeiro, industrial etc.) mostraria esta sua característica.

Toda essa seletividade do capital, porém, não ocorre gratuitamente. Uma vez que os diversos lugares se distinguiriam pela sua capacidade de oferecer rentabilidade aos

investimentos de capital (independente de sua natureza), explica-se a já citada questão da seletividade. Tal rentabilidade é maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos e infra-estrutura, por exemplo) e organizacional (leis locais, relações trabalhistas, tradição laboral etc).

No nosso caso específico que trata da cidade de São Paulo enquanto centro de gestão financeira, uma vez que a mesma possui em seu território equipamentos dentro da lógica do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1997) - modernas redes de comunicação (via satélite, fibras ópticas...), centros de pesquisa tecnológica, setor terciário ligado às finanças (consultoria, publicidade, hotelaria etc) dentre tantos outros fatores - seu território torna-se propício à acumulação e gestão do capital financeiro.

Assim, as metrópoles contemporâneas expressam o padrão de acumulação vigente no modo de produção capitalista atual. Concentram uma gama de serviços especializados: produção de conhecimento técnico-científico, comunicações, serviços financeiros além de, na maioria delas, estarem localizadas as instâncias de decisões políticas. Nelas estão sediadas as grandes corporações multinacionais e os grandes bancos que, graças às redes de informação avançada, articulam a economia no nível nacional e global.

Com base nesses elementos, São Paulo apresenta-se como o elo de integração do território nacional e, deste, com o sistema econômico mundial, pois centraliza a informação e possibilita a circulação e a valorização do capital. Através de São Paulo, expande-se a financeirização da economia brasileira.

São estas características que fazem com que São Paulo seja considerada (assim como Nova York, Paris e Londres, por exemplo), de acordo com SASSEN (1998), uma *cidade global*.

As cidades globais são os lugares-chave para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. (SASSEN, 1998, p. 35)

A autora complementa ainda que:

As grandes cidades (globais) são os centros do setor de serviços, das finanças e do comércio internacional, dos investimentos e das operações realizadas pelas matrizes. Neste sentido elas são locais estratégicos de produção para os setores econômicos dominantes da atualidade. (SASSEN, 1998, p. 154)

Nessas condições, São Paulo, que na passagem do século XIX para o XX teria como pressuposto de sua primeira mundialização da economia os alicerces centrados no comércio, passa, em seguida, a apoiar-se na produção industrial (que predomina até os anos de 1960) para, atualmente, emergir como uma metrópole global, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal de seu domínio, de acordo com SANTOS (1994).

Segundo VIDEIRA (1999), uma vez que o governo brasileiro, após os anos de 1960-70, investiu grandes recursos financeiros na área do desenvolvimento de novas e eficientes tecnologias de telecomunicações, o sistema bancário nacional obteve a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades pelo país. Cria-se, nesse contexto, o Ministério das Comunicações, a EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações, criada em 1965), a TELEBRÁS (Telecomunicações Brasileiras S.A, criada em 1972) e o CPqD em Campinas/SP (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, criado em 1976). A inauguração pela EMBRATEL, em 1981, da rede de transmissão de dados TRANSDATA (Rede Nacional de Comunicação de Dados), veio como mais uma resposta à pressão do setor bancário, que carecia de instrumentos mais ágeis para atender suas necessidades (integração de agências, conexão com o sistema financeiro mundial, diminuição de custos etc). Posteriormente, como se observa hoje, as novas tecnologias na transmissão de dados de forma *on-line* (pelas fibras ópticas e comunicação via satélite, principalmente) assumiram papel importantíssimo para o setor financeiro dada a sua extraordinária rapidez e confiabilidade.

No entanto, uma vez desenvolvida essa infra-estrutura nacional na área das

telecomunicações, somente as áreas *core* do país beneficiaram-se de fato esses equipamentos tecnológicos de comunicação. Entenda-se, por *área core*, a cidade de São Paulo.

De fato, São Paulo vem impondo-se como principal nó da rede de transmissão de dados nacional: entre 1983 e 1988, a participação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) na rede TRANSDATA cresceu de 30% para 45%; e internacional: em 1994, a participação da RMSP na rede internacional de comunicações digitais via satélite representou 62% do volume total de ligações com o exterior. (DIAS, 1996, p. 136)

Por fim, podemos notar o quanto o *lugar* encarnado por São Paulo representa para a valorização do capital a nível nacional e internacional (enquanto cidade global, mediadora da acumulação do capital financeiro), fato este que detalharemos na discussão seguinte.

A territorialização do sistema bancário na cidade de São Paulo no contexto do neoliberalismo brasileiro

Considerando-se, como destaca SAES (2001), que o início da abertura econômica brasileira ocorreu em 1990 com o então presidente da República Fernando Collor de Mello, posteriormente consolidada por Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002), o presente estudo buscou entender como a cidade de São Paulo participou desse processo no tocante à sua atual capacidade de centro nacional de gestão da atividade financeira ligada ao setor bancário. Dentro dessa lógica, uma das questões que foi colocada em discussão foi compreender como São Paulo se apresenta no cenário econômico com relação à sua importância primordial em concentrar em seu território a maior parte das sedes dos mais variados tipos de instituições bancárias, sejam elas públicas ou privadas, estrangeiras ou nacionais.

Desde já, para evitar futuros equívocos, cabe ressaltar que o *Sistema Bancário*, assim definido pelo Banco Central do Brasil, refere-se

às instituições capazes de participar do processo de criação de moeda na economia. Com isso, uma vez que existem diversos tipos de bancos, cada qual com suas características próprias de funcionamento, o sistema bancário aglutina em sua estrutura os Bancos Comerciais, os Bancos Múltiplos, as Caixas Econômicas, as Sociedades Cooperativas de Crédito e os Bancos de Desenvolvimento.

Conforme já destacado, os bancos comerciais caracterizam-se por fornecer crédito de curto prazo e financiamentos subsidiados para setores prioritários; os bancos de desenvolvimento, nacionais e regionais, vinculam-se ao crédito de médio e longo prazo para o setor privado e fomento de programas

de desenvolvimento; já os bancos múltiplos, de acordo com VIDEIRA (1999), criados em setembro de 1988 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), caracterizar-se-iam por absorver uma série de serviços até então feitos cartão de crédito, gestão de fundos e patrimônio prestando, portanto, serviços múltiplos.

Do ponto de vista da territorialização do sistema bancário na cidade de São Paulo, verificamos que nela se concentravam, até dezembro de 2003, 93 sedes bancárias de um universo de 169 instituições operantes em todo o Brasil². Esse dado (55% do total), coloca São Paulo como o centro bancário nacional primordial - Quadro 01. Nota-se ainda através desse quadro o quanto o nosso sistema bancário é centralizado em alguns poucos centros de gestão dessa atividade. Assim, somente 23 instituições operantes em diferentes graus, concentram todas as sedes bancárias.

Quadro 01 - Distribuição do total de sedes bancárias em funcionamento no país (por cidade) - Dezembro de 2003

RANKING	CIDADE	NÚMERO DE SEDES
01	São Paulo/SP	93
02	Rio de Janeiro/RJ	22
03	Porto Alegre/RS	09
04	Belo Horizonte/MG	08
05	Curitiba/PR	06
06	Brasília/DF	04
07	Salvador/BA	04
08	Recife/PE	03
09	Barueri/SP	03
10	Belém/PA	02
11	Fortaleza/CE	02
12	Vitória/ES	02
13	Aracaju/SE	01
14	Canoas/RS	01
15	Florianópolis/SC	01
16	Goiânia/GO	01
17	Juiz de Fora/MG	01
18	Osasco/SP	01
19	Ribeirão Preto/SP	01
20	São Luís/MA	01
21	Sorocaba/SP	01
22	Teresina/PI	01
23	Uberlândia/MG	01
TOTAL		169

Fonte: Pesquisa no *site* do Banco Central e trabalho de campo na sede regional do Banco Central no Estado de São Paulo.

Org.: Daniel de Souza Medeiros, 2003.

Em se tratando de uma cidade global, aqui abordada no contexto da globalização financeira e do neoliberalismo implantado pelo Estado brasileiro nesses últimos 13 anos, São Paulo concentra também, obviamente, a maior parte das sedes bancárias pertencentes a grupos estrangeiros (cada vez mais presentes em nossa economia).

Para o Banco Central, considera-se uma instituição bancária nacional como sendo de controle estrangeiro aquela onde há participação majoritária direta e/ou indireta do capital estrangeiro. E, ainda, denomina-se instituição financeira estrangeira aquela instituição constituída e sediada no exterior com dependência ou filial no país. Assim, de modo geral, nesses dois casos teremos bancos representativos do capital estrangeiro. Tomando-se estas definições como referencial consideramos, portanto, de acordo com o nosso levantamento de bancos atuantes no Brasil, as instituições estrangeiras como sendo do tipo (1) Banco Comercial Privado Nacional com Controle Estrangeiro, (2) Banco Comercial Estrangeiro (Filial no País) e (3) Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro. Vale ressaltar que CORRÊA (1989), seguindo esta linha, já atestara que bancos juridicamente considerados como sendo nacionais na realidade são estrangeiros.

Assim, com relação às instituições bancárias definidas como sendo estrangeiras - total de 65 em todo o país - 52 delas estão concentradas na metrópole paulistana (79% do total), estando o restante das mesmas dispersas nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (04%), Salvador (02%), Curitiba (04%), Porto Alegre (05%), Canoas (02%), Recife (02%) e Barueri (02%).

Ampliando essa discussão em torno da capacidade de gestão bancária de São Paulo no nível da economia global, poderíamos discorrer também a respeito da presença dos *Escritórios de Representação de Bancos Estrangeiros* no Brasil. Este ponto seria mais uma variável que comprova o papel da metrópole quanto a sua referida capacidade de gestão.

Quando um banco estrangeiro não opera diretamente no sistema financeiro

nacional, este pode se fazer presente através de um escritório de representação (no entanto, estes são impedidos pelo Banco Central de efetuar qualquer operação financeira no país). BAER também faz alguns esclarecimentos sobre este ponto, mostrando qual o verdadeiro papel desses escritórios quando presentes.

A principal função de um escritório de representação de um banco estrangeiro é intermediar operações financeiras, principalmente transferências e créditos diretos à indústria. Para cumprir com essa função, os escritórios de representação mantêm estreitas relações com bancos nacionais, indústrias e órgãos governamentais. A segunda tarefa básica que cumprem estes escritórios consiste em acompanhar o desempenho da economia brasileira. De um lado, eles são fonte de informação importante para capitais estrangeiros que queiram investir no país, sendo este um serviço que o banco oferece a seus clientes. (BAER, 1986, p. 41)

Assim, dos 96 escritórios de bancos estrangeiros representados no Brasil (em Janeiro de 2003, última atualização do BC), 87 estavam localizados em São Paulo (portanto 91% do total); o Rio de Janeiro aparecendo em segundo lugar com 07 escritórios, seguido de Porto Alegre e Salvador com 01 escritório de representação cada.

Tal constatação confirma, ainda mais, a idéia de que a metrópole coloca-se como o elo de integração do Brasil com a economia mundializada atual.

Concentração bancárias na década de 1990

Tendo como contexto econômico-político a adoção/implementação - pelo Estado brasileiro - da doutrina neoliberal, podemos traçar um perfil das modificações pela qual o sistema bancário nacional passou durante todo este período.

Através de um surpreendente processo de reestruturação este setor da economia sofreu dezenas de aquisições/incorporações durante o recorte temporal aqui destacado (desde 1990 até janeiro de 2004): constatou-se a ocorrência de 83 incorporações.

Elas foram impulsionadas, principalmente, após a implementação do Plano Real em 1994, já que muitas instituições acabaram sendo fragilizadas pela queda dos até então altos lucros monetários oriundos da antiga inflação. Assim, o setor vem passando por um processo gradual de concentração desde 1994, pois neste ano havia 252 bancos no país sendo que, atualmente, são apenas 169 – Gráfico 01. Por meio das aquisições (*privatização* no caso dos bancos públicos), o capital estrangeiro encontrou um meio eficiente de penetrar na economia nacional.

Desde 1990 foram privatizados os seguintes bancos públicos: Banco Banerj S.A, Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A, Banco do Estado de Minas Gerais S.A (Bemge), Banco do Estado de Pernambuco S.A (Bandepe), Banco Meridional do Brasil S.A, Banco do Estado da Bahia S.A (Baneb), Banco do Estado do Paraná S.A (Banestado), Banco do Estado de São Paulo S.A (Banespa), Banco do Estado do Amazonas S.A (Bea), Banco do Estado de Goiás S.A (Beg) e Banco da Paraíba S.A (Paraiban).

Além dessas instituições que já foram privatizadas, devem ser mencionadas ainda aquelas que estão, há um bom tempo, na mira do governo

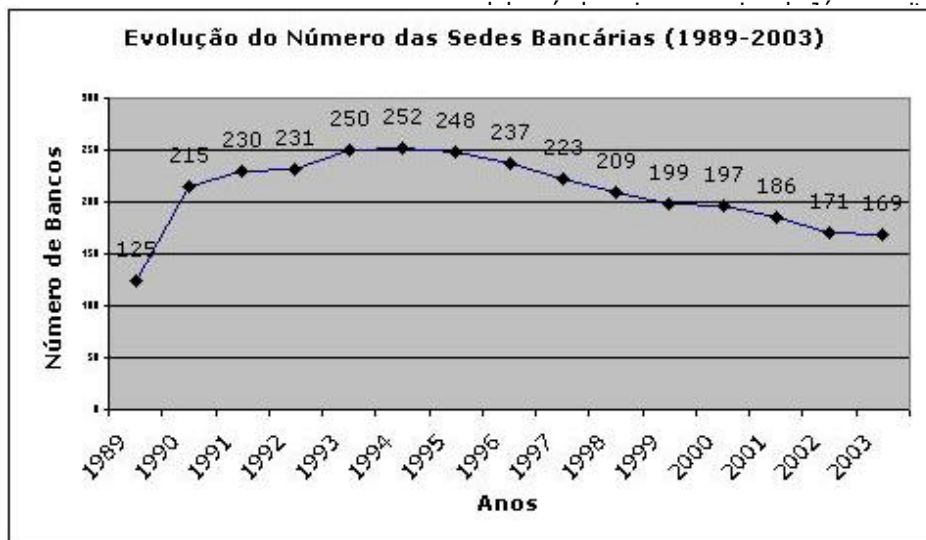
e prontas para serem entregues (acreditamos ser essa a palavra correta para todo esse processo), seja ao capital nacional ou estrangeiro. Inclui-se nesse grupo o Banco do Estado do Maranhão S.A., Banco do Estado de Santa Catarina S. A., Banco do Estado do Ceará S. A. e Banco do Estado do Piauí S. A.

Nessa dinâmica econômico-política de desmonte do patrimônio bancário estatal, além das privatizações efetuadas, diversos outros bancos públicos saíram do sistema bancário através de cancelamentos de autorização para funcionar ou por processos de liquidação extrajudicial. Em ambos os casos, tais instituições passam a não mais a operar no sistema. Podemos citar como exemplos desses dois casos: Banco do Estado de Rondônia S. A., Banco do Estado do Acre S. A., Banco do Estado de Roraima S. A., Banco do Estado do Amapá S. A., Banco do Estado do Rio Grande do Norte S. A., Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A., Banco do Estado de Alagoas S. A., Banco do Estado de Mato Grosso S. A., Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A., Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Caixa Econômica do Estado de Goiás.

Das onze operações de privatização verificadas, 64% do tipo de capital que participou

estrangeiro na presença de aquisição.

Gráfico 1



Fonte: Para os anos de 1989, 1990 e 1991: PIRES (1997); para o ano de 1992: VIDEIRA (1999); para os anos de 1993-2003: Banco Central;
 Org.: Daniel de Souza Medeiros, 2003.

A territorialização dos bancos nas centralidades do espaço urbano metropolitano

Feito este panorama geral acerca do sistema bancário brasileiro (no tocante à capacidade de gestão da cidade de São Paulo) e às suas recentes transformações, cabe detalhar um pouco mais como é que a territorialização dos bancos manifesta-se no interior dos diferentes espaços da metrópole. Com este intuito, há de se destacar a contribuição fundamental que as idéias de FRÚGOLI JR. (2000) desempenharam neste quesito, conforme será elucidado adiante.

Segundo este autor São Paulo apresenta, dentre as suas principais *centralidades* do seu espaço urbano, três que merecem especial atenção: 1) Centro Tradicional, 2) Avenida Paulista e 3) Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini. De certa forma, em diferentes intervalos temporais ou até mesmo de forma concomitante (salvo as diferentes escalas de predominância de uma ou outra centralidade), a cidade terá a hegemonia de uma delas.

O **Centro Tradicional**, que no início do século XX apresentava-se como o espaço cultural/intelectual e econômico da metrópole em expansão, portanto de intenso convívio social, vai, desde este momento histórico, ampliando seus limites territoriais e já passando por processos de deterioração urbana e subseqüentes ações do poder público visando à novas requalificações (ou revitalização, como preferem alguns urbanistas).

No entanto, no passar das primeiras décadas do século XX, o Centro vai deteriorando-se de forma tão acelerada e contínua que, a despeito das referidas ações do poder público, passa de espaço das elites à espaço das classes desfavorecidas. Assim, agentes sociais como camelôs, prostitutas, crianças abandonadas, sem-tetos, desempregados e marginais, por exemplo, passam a ocupar tal espaço. Some-se a isso o processo também acelerado de intensa poluição visual, ambiental e sonora, congestionamentos

etc. FRÚGOLI JR. (2000) considera que a falta de investimentos públicos na região (infra-estrutura urbana, serviços, recuperação paisagística, arquitetônica etc) em prol de outros subcentros da cidade, ação também presente entre os agentes da iniciativa privada, é que principiou todo esse processo.

Frente a esta deterioração urbana o Centro vai, rapidamente, perdendo a presença de algumas das suas principais sedes de empresas multinacionais e nacionais e, o que interessa mais de perto para nossa discussão, sedes de instituições bancárias para outros subcentros. Portanto ocorre todo um fenômeno de esvaziamento econômico da área central que de certa forma permanece até hoje, independente das grandes últimas iniciativas do poder público³, principalmente, visando a sua revitalização.

Em alguns casos, os subcentros guardam certas relações de complementariedade com o núcleo central, mas passam muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejarem se tornar os "novos centros". Isso se dá, em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta muitas vezes a fuga de empresas para os subcentros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitantemente à mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença das classes populares. (FRÚGOLI JR, 2000, p. 26)

Inaugurada em 1891 como um empreendimento imobiliário destinado a ricos fazendeiros paulistas e negociantes, a **Avenida Paulista**, desde o início, passou por intensas modificações que a levaram a ser eleita o símbolo da cidade.

Inicialmente, a avenida foi marcada pela presença de seus ilustres casarões dos barões do café. No entanto, entre as décadas de 1940 e 1970, ela passa a verticalizar-se mediante a demolição daqueles antigos casarões.

Nas décadas de 1970 e 1980 a Avenida Paulista consolida-se como centro financeiro, abrigando, em seus imponentes arranha-céus,

sedes de empresas multinacionais (Goodyear, Mannesmann, dentre outras) e nacionais, federações patronais (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Social do Comércio - SESC etc) e, principalmente, sedes de diversos bancos (Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Banco Nacional, Banco Mercantil e até o Banco Central, por exemplo), inclusive dos que saíram das ruas XV de Novembro e Boa Vista, no Centro (caso do Banco de Tóquio, Sumitomo do Brasil e Citibank). Assim, a Avenida Paulista consolida-se também, consequentemente, como a nova centralidade da capital, muito embora passando a coexistir com a antiga centralidade representada pelo Centro.

No entanto, na década de 1990, a avenida passa a demonstrar sinais de uma deterioração urbana em curso, atestada pela presença considerável de menores de rua, pixações, falta de limpeza pública, comerciantes ambulantes, prédios em processo de deterioração etc. Somando-se a isso a constante ocorrência de assaltos e manifestações públicas, bem como de um intenso congestionamento de veículos, diversas empresas e bancos, alegando toda esta série de fatos e indiferentes ao início de ações do poder público e da iniciativa privada visando conter o processo de deterioração urbana que iniciou-se na Avenida Paulista, começam a retirar suas sedes administrativas da avenida e seu entorno deslocando-se para a região das avenidas Brigadeiro Faria Lima, Luiz Carlos Berrini e Marginal Pinheiros, região esta já inserida no perímetro do chamado **Quadrante Sudoeste** – área alvo de maciços investimentos públicos em infra-estrutura urbana (malha viária, principalmente).

A Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, na época tendo em sua paisagem urbana o domínio de diversos prédios mais flexíveis e modernos⁴ (construídos pelo Grupo Bratke-Collet) e com custos de aluguel, por exemplo, mais baixos que os vigentes na Avenida Paulista, passou a receber a sede de inúmeros grupos

empresariais nacionais e estrangeiros (Paulipetro, Bosch, Camargo Corrêa etc). No entanto, logo em seguida passando a concorrer (com perdas significativas) com os edifícios, ainda mais modernos e flexíveis, da Marginal Pinheiros (lembrando-se ainda do papel fundamental que teve nesse processo a empresa de consultoria Richard Ellis), levantou-se a idéia de se a Avenida Berrini sequer chegou a representar uma centralidade, de peso ou não, em algum momento de sua existência na cidade.

Tendo como referencial estas breves considerações acima elencadas acerca das diferentes centralidades paulistanas, buscamos traçar um quadro comparativo acerca de como as sedes bancárias territorializadas na metrópole paulistana, total de 93 em um universo de 169 instituições atualmente operantes no Brasil, conforme exposto no início do texto, distribuem-se internamente pela cidade de acordo com as referidas centralidades. Para tal finalidade consideramos, portanto, a Região Central e a Avenida Paulista (junto com o seu entorno) como sendo, cada uma delas, uma centralidade específica, cada qual tendo em seus respectivos territórios determinado número de sedes bancárias, conforme veremos a seguir. No entanto, quanto à Avenida Luiz Carlos Berrini, não consideramos esta como sendo uma centralidade única e individual, uma vez que verificamos que ultrapassando os seus estreitos limites dentro do espaço urbano as sedes bancárias acabam que territorializando-se por localidades mais amplas abarcando tanto a Avenida Berrini, como também a Faria Lima, Marginal Pinheiros e diversas outras áreas nas adjacências de contato da zona sul com a zona oeste, conforme pode ser visto - Figura 01 - na página seguinte. Assim, todo este espaço foi considerado, grosso modo, como integrante do Quadrante Sudoeste.

Finalizando, verificamos que, com isso, a Área Central concentra 12 sedes bancárias (13%), enquanto que a Região da Paulista aglutina 31 sedes (33%) e o Quadrante Sudoeste emerge com um total de 50 sedes

(54%). Tais dados comprovam o quanto a gestão do capital, no caso o representado pelo sistema bancário, territorializa-se de forma seletiva em poucos pontos do vasto espaço urbano da metrópole paulistana seguindo, portanto, um padrão de localização orientado de acordo com as três centralidades principais da cidade.

Considerações Finais

Concluindo, ficou muito nítida a relevância que a cidade de São Paulo assume quando analisada como base territorial das atividades de gestão financeira. Uma vez que é nela em que a maior parte dos bancos operantes no país estão sediados – tanto nacionais como estrangeiros, além dos Escritórios de Representação de Bancos Estrangeiros – ela acaba assumindo o papel de centro financeiro nacional de primeira grandeza.

Isto ainda é pouco para esclarecer as múltiplas faces da complexidade econômica e urbana da metrópole paulistana (*cidade global*).

Materializada enquanto expressão do meio técnico-científico-informacional e apresentando em sua estrutura urbana um padrão interno de localização das sedes bancárias nela territorializadas comprovando o caráter seletivo do capital, São Paulo vai muito além de um mero centro financeiro nacional: ela representa, também, o nosso elo interno de ligação com a economia mundializada.

Por fim, do ponto de vista econômico-político - no quadro do neoliberalismo - os anos de 1990 mostraram-se como aqueles em que a concentração bancária, principalmente por meio das incorporações realizadas, foi a marca registrada desse setor da esfera financeira. Mais do que isso, esse fim de século assinalou, também, a abertura das portas do país aos bancos estrangeiros. Esses bancos se fizeram presentes, de modo relevante, seja por meio de aquisições de bancos privados nacionais ou privatização de instituições bancárias públicas, ainda em processo final de desmantelamento estrutural-econômico.

Notas

- ¹ Texto produzido a partir da pesquisa (2003-2004), em nível de IC, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.
- ² Universo composto pela seguinte constituição de capital: bancos privados nacionais - 51%, estrangeiros - 38% e públicos - 11%.
- ³ Dentre estas podemos citar obras que visam dar o merecido reconhecimento ao valor histórico representado pelo Centro, através da sua

recuperação paisagística e arquitetônica em curso, obras no sistema viário, transferência da sede da Prefeitura para o Parque D. Pedro II etc.

- ⁴ Entenda-se por flexível/moderno o edifício dotado de sistemas computadorizados de elevadores, iluminação e energia elétrica, ar condicionado central, arquitetura adaptada às inovações das telecomunicações etc. Portanto uma série de atrativos para a presença do setor terciário moderno na região.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996, 393 p.

BAER, Mônica. A internacionalização financeira do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996, 266p.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Coord.). A mundialização financeira. São Paulo: Xamã, 1998.

CORDEIRO, Helena Kohn. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro: Associação de Geografia Teórica, p. 153-196, 1986-87.

CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51, n. 02, p. 17-32, Abril/Junho 1989.

_____. Dinâmica do espaço financeiro brasileiro: 1961-1985. In: SCARLATO, Francisco C. et al (Orgs.). Globalização e espaço latino-americano. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1997. p. 163-168.

DIAS, Leila C. D. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 115-144.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

IANNI, Octávio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JR., HEITOR FRÚGOLI. Centralidade em São Paulo – trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000, 254 p.

MANDEL, Ernest. Capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. NOVOS ESTUDOS, São Paulo, n. 56, p.139-168, Março 2000.

PIRES, Himdemburgo Francisco. Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado no Brasil. GEO UERJ, Rio de Janeiro, n. 02, p. 65-79, Dezembro 1997.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz C. Q.; JR, Orlando A. S. (Orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana – o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. P. 65-89.

SAES, Décio. República do capital – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994.

_____. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1997, 308p.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

TAVARES, Martus A. R.; CARVALHEIRO, Nelson. O setor bancário brasileiro: alguns aspectos do crescimento e da concentração. São Paulo: FIPE/USP, 1985.

VIDEIRA, Sandra L. Dinâmica espacial do sistema bancário no Estado de São Paulo. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

Trabalho enviado em dezembro de 2004

Trabalho aceito em junho de 2005



